



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, SEXTA-FEIRA, 20 DE SETEMBRO DE 2013

# Projeto tenta combater a violência contra mulheres

## Programa reúne ações que prestam assistência e inibem indicadores

Greycy Andrade  
DA EQUIPE JC

Somente este ano foram instaurados 950 inquéritos de violência contra a mulher; neste mesmo período, já foram registrados 2.327 Boletins de Ocorrência segundo dados do Departamento de Apoio a Grupos Vulneráveis (DAGV). Levando em consideração essas informações, o Governo do Estado de Sergipe, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, lança nesta sexta-feira, 20, o programa "Mulher, Viver sem Violência!". O Programa será lançado mediante assinatura de Termo de Adesão, por parte do Poder Executivo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Prefeitura Municipal de Aracaju. Ainda na solenidade, a ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres/Presidência da República (SPM/PR), entregará ainda ao Governo de Sergipe, duas Unidades Móveis adaptadas para a prestação de serviços voltados às mulheres do campo e da floresta. O evento acontecerá às 10h no auditório do Centro de Convenções (CIC).

A secretária especial de Políticas para as Mulheres, Maria

Teles, revelou que esse programa dá um grande passo nas políticas públicas para o Brasil de um modo geral. A nossa alegria é de que ela nos coloca nos primeiros lotes de implantação desse serviço. E por motivos como este, relacionado ao trabalho, que nós temos desenvolvido serviços, como os centros regionalizados em todos os municípios polos dos territórios. "Já vínhamos instalando esse serviço só que voltado para o interior. Mas agora a presidente Dilma está privilegiando o Nordeste por saber que nesta região tem indicadores de violência altíssimos. Esse programa já começou na Paraíba, Bahia e agora em Sergipe", pontuou.

Maria Teles explicou que o Programa contempla um amplo número de ações do Poder Executivo, a serem implantadas ainda no ano em curso, dentre elas, a implantação da Casa da Mulher Brasileira, que ficará na Avenida Maranhão, onde funciona o Aeroclube. O projeto "Casa da Mulher Brasileira" consiste num complexo estrutural, dentro do qual serão concentrados serviços compartilhados como apoio psicossocial, assistência social, Nudem (Núcleo de Defensoria da Mulher), Deam (Delegacia da Mulher), Juizado Especializado

de Atendimento à Mulher, Núcleo de Formação Profissional, acolhimento à mulher e filhos.

"Será uma construção moderna que irá aglutinar vários serviços. A mulher vítima de violência não precisará sofrer mais, pois já não basta a violência sofrida, pois outra coisa bastante desgastante é quando a mulher busca o que fazer, mas não sabe sair daquela condição de violência que ela foi submetida. Vamos ter apoio psicológico, acolhimento bastante humanizado e com apoio para os filhos. Lá também vai funcionar a área do Tribunal de Justiça, entre outros serviços. Tem ainda o serviço de transporte, onde a mulher que sofreu a violência poderá ser levada da Casa da Mulher Brasileira para a Maternidade Nossa Senhora de Lourdes ou para o Instituto Médico Legal, para realizar os exames necessários", explicou.

Além dos recursos destinados ao programa, há ainda verbas com o objetivo de melhorar os serviços prestados pelo IML. "Vamos ter recursos para preparar o pessoal, para fazer salas específicas onde ela não precise se submeter a ficar esperando por tanto tempo. Outro ponto extremamente importante é a capacitação dos profissionais de saúde para fazer a notificação

compulsória, pois ainda hoje é alto o índice de subnotificação, pois a pessoa vai com uma lesão e no atendimento médico não fica caracterizado quem fez e como aconteceu, por isso, muitas vezes o agressor escapa da Lei Maria da Penha", alertou.

A secretária informou ainda que o agressor demorava em média um ano e meio para ser julgado. Agora, com a criação do juizado especial, essa demora foi diminuída para três meses. "Até agosto já foram enviados à justiça 759 inquéritos, um número altíssimo. Como não tínhamos varas especializadas, esse julgamento demorava muito. Mesmo com a instalação do juizado, não está se percebendo ainda a celeridade dele, mas está sendo feito um mutirão para diminuir ainda mais a demora. Com o prazo de três meses, isso significa que o agressor poderá em, no máximo, nesse período, ser preso. A ineficácia da Lei ficava muito mais ameaçada".

O governador da Bahia, Jaques Wagner, também virá a Aracaju. Ele também receberá as suas duas Unidades Móveis, trazendo consigo uma delegação de mulheres do campo e da floresta, além de sua secretária estadual de Políticas para Mulheres da Bahia, Lúcia Barbosa.